

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Ruhan Rezende Moreira

**A PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA NO PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA DO
BRASIL**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso).
Orientador: Alexandre Mansur Barata

Juiz de Fora
2024

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, Ruhan Rezende Moreira, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 202173007, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado A participação da população negra no processo de independência do Brasil desenvolvido durante o período de 24/07/2024 a 22/09/2024 sob a orientação de Alexandre Mansur Barata, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, 23 de setembro de 2024.

Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de () 1 ano, ou () 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

A PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA NO PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Ruhan Rezende Moreira¹

Resumo:

A população negra teve um papel crucial e multifacetado na independência do Brasil. Desde o início do século XIX, a população de cor participou ativamente dos movimentos de resistência contra Portugal. Além dos conflitos armados, a população negra via na independência uma oportunidade para conquistar direitos e se libertar dos males da escravidão, não se limitando as revoltas e se manifestando em ações políticas e sociais. Os escravos e libertos, não apenas sustentou a principal fonte de riqueza do Brasil, mas também, ajudou a moldar o processo emancipatório do Brasil, participando ativamente desse processo. Sem a participação da população negra, a independência do Brasil não teria se efetivado. O presente artigo, rompe com a visão hegemônica e tradicional da historiografia, que por muito tempo privilegiou a memórias das elites.

Palavras-chave:

Independência. População negra. Revoltas. Liberdade.

INTRODUÇÃO

Por muito tempo a historiografia sobre o processo de independência do Brasil foi pautada em enredos excludentes com o predomínio de uma narrativa que privilegiava a atuação de uma elite branca. A independência teria sido um processo singular, se comparado ao restante da América, pacífico e conservador. Estudos recentes tem buscado quebrar com essa visão tradicional, trazendo novas perspectivas e atores que até então eram desconhecidos.

Esse olhar mais crítico é reflexo das transformações ocorridas no campo disciplinar sobretudo a partir das últimas décadas do século XX, período no qual os historiadores passaram a refletir mais profundamente sobre sua prática profissional e os fundamentos de suas pesquisas. Esse processo possibilitou novas abordagens e uma reavaliação de métodos utilizados na escrita da história. Uma dessas inovações foi a chamada renovação da história política. Originada no meio acadêmico francês com os trabalhos de René Remond (2003), Serge Berstein (1998) e Jean-François Sirinelli (1998), a chamada “história política renovada” contribuiu para a utilização de novas categorias de análise e para o crescimento de uma abordagem interdisciplinar de compreensão do passado a partir da interseção entre história, política e antropologia.

Hendrik Kraay, em artigo publicado na revista *Ciência & Cultura*, por exemplo, traz esse olhar crítico em relação à historiografia tradicional ao propor uma discussão sobre a construção da data do “07 de setembro” como uma festividade nacional. O que chama a atenção nesse texto é que o sentido dessa festa cívica se alterou ao longo dos anos, mas a dominação de uma abordagem conservadora é algo persistente. Basta olharmos para a dimensão simbólica dessas comemorações como as bandeiras, hinos, e as figuras históricas lembradas com essa data. Segundo Kraay, nas primeiras comemorações do “7 de setembro” não havia espaço para atos de caráter popular.

Desde então, a tendência dominante na comemoração do 7 de Setembro reforça interpretações conservadoras da Independência ao festejar a atuação do primeiro imperador, o que implica marginalizar a participação popular. Tentativas de dar uma interpretação popular a esse ato fundador do Brasil ou de promover festejos e interpretações populares da

¹ Graduando em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. Correio Eletrônico: ruhanrezende@gmail.com
Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel.
Orientador: Prof. Dr. Alexandre Mansur Barata (Departamento de História – ICH)

Independência enfrentaram resistência e tiveram relativamente pouco sucesso. (KRAAY, 2020, p. 64)

Portanto, no âmbito da construção da identidade nacional, buscou-se reforçar uma imagem da independência sem a participação popular, centralizada na figura do imperador como o fundador da nova nação. Esse cenário não mudou com a Proclamação da República: “Apesar de se considerar um novo regime, a República proclamada em 1889 não pode acabar com todos os símbolos brasileiros consagrados pelo Império”. (KRAAY, 2020, p. 67). Durante os anos iniciais do século XX, esse cenário é mantido, ou seja, o civismo, o militarismo e suas interpretações conservadoras continuaram inalteradas. Na ditadura militar, período compreendido entre 1964 e 1985, como não é novidade, esse caráter conservador e militarizado ainda foi predominante. Em 1972, nas comemorações do sesquicentenário da independência, o governo do General Medici em tom nacionalista e ufanista, “(...) convenceu o governo português a transladar o corpo de D. Pedro ao Brasil. Os restos mortais do primeiro imperador chegaram em 21 de abril e foram levados para todas as capitais estaduais até serem internados no Ipiranga em 7 de setembro.” (KRAAY, 2020, p. 69).

Além da imagem de uma independência sem a participação popular, outra imagem muito forte que a acompanha é que ela se deu pacificamente. Imagem que também vem sendo revista pela historiografia recente, preocupada em revisitar uma série de eventos violentos e revoltas que marcaram o processo de ruptura com Portugal. João Paulo Pimenta, em seu livro “A independência do Brasil e a experiência hispano-americana (1808-1822)”, por exemplo, examina como os processos políticos na América Espanhola, durante o século XIX, transcendeu as fronteiras e inspirou a conjuntura política brasileira. (PIMENTA, 2015, p. 22). Por sua vez, a historiadora Edna Maria Matos, em artigo intitulado “A participação dos elementos populares no processo de independência da América portuguesa: uma discussão”, defende que a historiografia oitocentista ajudou a construir um discurso que ocultou a violência do processo de independência.

Acrescente a isso a tônica de um discurso oficial originado na historiografia oitocentista que elaborou uma interpretação e um discurso que, ao mesmo tempo que ajudou a ocultar a violência do nosso processo de autonomia, amenizava a possibilidade de um envolvimento amplo da sociedade colonial nessa importante etapa de transformação institucional. (MATOS, 2021, p. 4)

Consequentemente, essa ideia foi produzida no imaginário social durante muitos anos, consolidando a ideia de um processo de independência elitista. Por isso é tão importante e crucial uma outra abordagem desse processo. A historiografia mais recente tem buscado incluir vozes e histórias que por muito tempo foram marginalizadas e ocultadas, como a de mulheres, povos indígenas e afrodescendentes. O que veremos nesse artigo nasceu de uma vontade/necessidade de apreender e analisar a participação da população negra no processo emancipatório do Brasil, destacando a participação de novos agentes sociais, que até então estavam no anonimato.

Esse tema faz-se importante, pois, veremos que a população negra esteve presente em todas ou em quase todas as lutas emancipatórias do período. Portanto, a população negra também fez sua interpretação de liberdade e deu novos sentidos e significados para essas lutas emancipatórias. A busca pela independência do Brasil em relação a Portugal envolveu diversos personagens incluindo a população escrava. O branqueamento da história brasileira, a partir de um silenciamento dessa população, levou ao anonimato do papel crucial desempenhado por esse grupo no processo emancipatório do Brasil. Nos novos estudos sobre a independência brasileira, produzidos nos últimos anos, constata-se que as revoltas escravas, além de buscarem a ruptura no sistema escravocrata, ampliaram o sentido da independência. A busca de autonomia contida nos ideais das revoltas abriu caminhos para uma série de lutas emancipatórias no período. Para a população negra escravizada e de libertos, a liberdade representava o fim do regime absolutista e escravista, contrariando o sentido mais comum entre os membros da elite. No início do século XIX, liberdade era um tópico central nas discussões públicas. Podemos observar que a liberdade e o conceito de “cidadão” estavam condicionados à posição social do indivíduo e aos privilégios legais da época. Mesmo sendo excluídos desses direitos,

Escravos e libertos também reivindicavam a liberdade como autonomia jurídica e de ações. O movimento da população negra constituía-se sempre em ameaça à liberdade porque espelhava uma outra leitura desta, ou, melhor dizendo, deste desejo de autonomia, que se traduzia em práticas sociais e políticas diferenciadas. (RIBEIRO, 2002, p. 10).

Essa população desvalida de direitos desempenhou papel crucial em eventos efervescentes do Brasil, não sendo meros figurantes, mas sim agentes que influenciaram acontecimentos no período oitocentista. O desejo de liberdade e de autonomia os levaram a materializar nas guerras de independência a esperança da alforria. Para Gladys Sabina Ribeiro, “[...] no intenso debate político sobre a independência, sobre a liberdade e a libertação do jugo da reescravização, os escravos fizeram uma leitura própria dessas ideias e colocaram-na em prática” (RIBEIRO, 2002, p. 17). Tanto os escravizados quanto os libertos, bem como as camadas populares urbanas, tinham suas próprias expectativas e interesses em relação à independência, abrigando no processo emancipatório brasileiro uma série de projetos para o futuro do Brasil.

Em vários episódios desse período havia interesses distintos e interpretações diferentes de um projeto de nação soberana. Entretanto, a liberdade não veio com a Independência do Brasil. Ela só aconteceria 60 anos mais tarde com a Abolição da Escravidão em 1888. Com o fim da monarquia e a instalação da República em 1889, a herança do sistema escravocrata persistiu. A recente república manteve a exclusão social dessas pessoas. Lilia Schwarcz, em seu livro “Sobre o autoritarismo brasileiro.”, explora as raízes sociais e culturais do autoritarismo e de algumas mazelas sociais, como o racismo. No capítulo Escravidão e racismo, a autora mostra como o sistema escravocrata, que permeou a história brasileira por quase 400 anos, torna-se algo tão natural e estrutural, que vai gerando graves consequências para a sociedade. Como resultado dessa herança, quem mais sofre com essas mazelas sociais (um debate contemporâneo necessário) é a população negra. Segundo Schwarcz, o 13 de maio de 1888, data da abolição da escravidão, não representou mudanças significativas para a população negra, criando uma, “(...) configuração social, que levou à exclusão de boa parte da população das principais instituições brasileiras, produziu ainda um apagamento dos poucos intelectuais negros que haviam logrado se distinguir na época colonial e especialmente durante o Império.” (SCHWARCZ, 2019, p. 31)

Portanto, a criação de nação foi profundamente pautada em desigualdades sociais e violências que são predominantes até hoje. A escravidão cultivou em as estruturas uma sociedade racista, mantendo os privilégios de uns sobre o domínio de outros. Na citação acima, a autora chama a atenção para um ponto importante para o debate discutido por nós nesse artigo: (o apagamento de protagonistas negros no campo da história social e cultural brasileira). Esse apagamento de protagonistas negros, como já destacado, não é algo novo e de modo específico, atravessa a historiografia sobre o processo de independência brasileira. O projeto de independência que acabou por se consolidar reprimiu e ignorou muitas movimentações da população negra, possibilitando a afirmação de uma narrativa que exprimia os interesses daqueles que tinham o poder e na invisibilização dos setores de resistência. Até hoje, ainda são poucas revoltas escravas de que se tem conhecimento. Trata-se de um campo de pesquisa ainda recente, com enorme potencial para o surgimento de novos estudos.

A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NA BAHIA

O recôncavo baiano é uma região composta por mais de vinte municípios, incluindo a capital Salvador. Na primeira metade do século XIX, essa região foi palco de diferentes revoltas. A centralidade das revoltas nesta região pode ser explicada por sua posição econômica durante o final período colonial. Conforme demonstra o historiador João José Reis, em artigo publicado na revista *Afro-Asia*, intitulado “Recôncavo Rebelde: Revoltas Escravas nos Engenhos Baianos”, essa região baiana experimentou uma “[...] expansão da economia a partir do final do século XVIII, que fez aumentar o número de engenhos, a produção de açúcar para a exportação e a importação de escravos da África.” (REIS, J. J; 1992, p. 100).

Outro fator explicativo é os números expressivos de africanos recém-chegados para serem escravizados: “Estes agora chegavam à Bahia aos milhares. Calcula-se em cerca de oito mil anualmente. Uma estimativa de 1814 indica que haveria no Recôncavo em torno de 40.800 escravos espalhados por 408 engenhos, uma média de cem por engenho.” (REIS, 1992, p. 101). Entre esses escravizados africanos havia um grupo que chamava a atenção: os Nagôs. Esse grupo, em sua maioria, trazia consigo tradições de resistência e organização. Muitos nagôs sabiam ler e eram adeptos do Islã. Além disso, o sentimento de rebelião acompanhava os escravizados africanos, ao contrário dos crioulos (escravizados nascidos no Brasil) que geralmente, não se rebelaram contra seus senhores. Portanto, os escravizados africanos e islamizados, acabaram criando, “[...] laços de solidariedade coletiva e a disposição para a luta contra o cativo em terras do Recôncavo.” (REIS, 1992, p. 101).

Também a revolução do Haiti, além de inspirar muitas revoltas no cenário político oitocentista, contribuiu para um aumento da produtividade açucareira na região. “Como o assunto é rebelião, vale também lembrar que

os engenhos de açúcar do Recôncavo prosperaram nesse período, em grande parte, como decorrência da revolução escrava do Haiti, a mais rica colônia francesa, na última década do século XVIII.” (REIS, 1992, p. 100).

O RECÔNCAVO BAIANO



Regiões baianas da conjuntura do século XIX. Imagens retiradas do texto de Reis; Recôncavo Rebelde: Revoltas Escravas nos Engenhos Baianos, p.100.

A Bahia foi um dos principais cenários das guerras de independência. A população baiana era majoritariamente composta por escravizados e libertos, o que resultou na maior participação popular. Quando o príncipe regente D. Pedro decide ficar no Brasil, em janeiro de 1822, contrariando o que era esperado pelas Cortes Constituintes em Lisboa e após tentativa fracassada do general Jorge Avilez de levá-lo para Portugal, a metrópole portuguesa concentra suas forças militares em Salvador, gerando uma disputa de poder:

[...] o que se iniciaria em 1821 e início de 1822 como uma guerra civil, por questões locais envolvendo a disputa do poder provincial, aos poucos ganharia um caráter nacional, a melhor representação do cruzamento dos dois conflitos políticos causados pela Revolução do Porto, pela instabilidade provincial e pela disputa entre Rio de Janeiro e Lisboa.” (FRANCHINI, 2022, p. 105).

As lutas travadas na Bahia com a participação de escravizados e libertos é um tema relativamente recente para a historiografia. Um dos nomes reconhecido dessa área, já citado neste artigo, é o historiador João José Reis. O autor analisa o grande temor da elite baiana da época: o “Partido Negro”. Segundo Reis:

O ‘partido negro’ era ao mesmo tempo uma construção ideológica da elite e um fenômeno absolutamente real. Neste último sentido ele significava os vários grupos negro-mestiços de escravos, libertos ou homens livres que, cada qual à sua maneira tentaram negociar uma participação no movimento da Independência, ou subverter a própria ordem escravocrata no calor do conflito luso-brasileiro. (REIS, 1989, p. 80).

Portanto, Reis evidencia que a elite baiana temia a participação da população negra nas lutas travadas na Bahia. Temia-se que a participação de escravizados nas guerras levasse a uma consciência desse grupo, fazendo assim, uma organização contra o domínio escravocrata. Queria evitar que aqui se repetisse o que aconteceu em Santo Domingo (Haiti), ou seja, um processo emancipatório que foi liderado por escravizados e libertos a partir de 1791. Mesmo com esse temor, constata-se que a população negra participou ativamente desse processo fazendo suas próprias leituras e interpretações. Em suma, “tais atores construíram suas próprias expectativas em relação aos acontecimentos, principalmente no que diz respeito aos vários significados assumidos à época pela palavra liberdade.” (GRINBERG, 2022, p. 126). Esperavam conseguir a liberdade. Como indica a historiadora Keila Grinberg, no contexto da independência:

[...] começavam a circular rumores sobre possíveis decretos emancipatórios, no contexto dos movimentos americanos pela independência. Em toda parte, esses decretos foram responsáveis pela criação de grandes expectativas por parte da população escrava e liberta das colônias, que pensavam que, uma vez implementadas, essas medidas tratariam a liberdade e o fim das discriminações raciais. (GRINBERG, 2022, p. 128).

Esses rumores levaram a um engajamento da população escrava e liberta nas lutas pela independência. Tais rumores tinham um fundamento, como demonstra Grinberg, “[...] no contexto das disputas entre brasileiros e portugueses, D. Pedro I prometeu a liberdade aos escravizados que se alistassem nas tropas brasileiras [...]” (GRINBERG, 2022, p. 129). Essa promessa de liberdade levantou a preocupação de muitos proprietários de escravizados, levando a crer que essa interpretação de liberdade, iria influenciar os escravizados a se manifestar contra a ordem escravista, assim como ocorreu na Revolução do Haiti. Tal descontentamento já era um fio condutor para os vários levantes ocorridos na Bahia na primeira metade do século XIX, como demonstra a historiadora Lina Maria Aras, em artigo denominado “Escravos nos movimentos federalistas. Bahia, 1832-1833”: “É necessário, entretanto, chamar a atenção para a existência de um fio condutor em torno dos episódios, que teve seu primeiro marco nos Alfaiates de 1798 e que, daí por diante, passou a engrossar o caldo dos descontentamentos políticos e sociais no Brasil colônia e, depois, no independente.” (ARAS, 2012, 153).

A Guerra da Bahia, como muitos costumam chamar, foi um movimento separatista iniciado em 19 de fevereiro de 1822 e com o seu desfecho em 2 de julho de 1823. Tal conflito, como demonstra a historiadora Edmeire Oliveira Pires em seu artigo “O dois de julho: as lutas pela independência do Brasil na Bahia”, teve grande participação da população baiana, “[...] o grande “herói” foi o povo, assim como ele o é: pobre, negro, índio, mestiço, escravizados, libertos, sertanejos, mulheres brancas e negras”. (PIRES, 2020, p. 9). Para entendermos melhor esse conflito e sua importância para o processo de independência do Brasil é preciso recuar um pouco no tempo.

Em 1820, eclodiu na cidade do Porto um movimento revolucionário que defendia a constitucionalização da monarquia portuguesa e o retorno imediato do rei D. João VI a Portugal. Em abril de 1821, após muitas hesitações, D. João VI decidiu retornar a Portugal, deixando o príncipe herdeiro D. Pedro como regente do reino do Brasil. A volta do rei para Lisboa gerou grande instabilidade política. Em meio aos debates sobre a futura Constituição travados no âmbito das Cortes Constituintes, reunidas em Lisboa desde janeiro de 1821, os habitantes das províncias brasileiras se dividiram entre apoiar o movimento constitucionalista ou a regência de D. Pedro no Rio de Janeiro. Na Bahia, por exemplo, como demonstra Pires:

O que se deu a partir de março de 1822 foi uma série de batalhas marítimas e terrestres onde a população local lutou com as escassas armas que possuíam, contra um exército mais forte e bem preparado, para se defender da dominação opressora estrangeira. É bem provável que nesse bojo de lutas coletivas por objetivos comuns e ao mesmo tempo diversos, onde a participação popular civil foi essencial, ensaiava-se os primeiros sentimentos nativistas de territorialidade e pertencimento, onde toda aquela mista configuração social se viu engajada numa luta comum em defesa de suas vidas e da liberdade (PIRES, 2020, p.5).

Em Salvador a tensão aumentava. O fato da Junta Provisória do Governo provincial da Bahia, subordinada às Cortes de Lisboa, não reconhecer a regência de D. Pedro no Rio de Janeiro acabou por contribuir para eclosão de confrontos entre militares e civis. Os ânimos ficaram mais acirrados quando o governo de Lisboa, a fim de manter o controle sobre a Bahia, enviou um novo governador de armas, o brigadeiro Inácio Luís Madeira de Melo, em substituição do brasileiro Manuel Pedro de Freitas Guimarães.

Os comandantes militares se negaram a reconhecer a autoridade de Melo, levando a um episódio bastante conhecido da história. Como resposta, Melo invade o forte de São Pedro, principal base militar baiana, no dia 19 de fevereiro de 1822. Esse episódio culminou no assassinato da abadesa Joana Angélica que foi brutalmente morta por soldados portugueses ao invadir o Convento da Lapa. O autoritarismo de Melo resultou na locomoção de grande parte da população para as vilas do Recôncavo baiano. A partir de março de 1822, com grande pressão da população e insatisfação com o domínio português ocorreram uma série de batalhas. Tais conflitos ocorreram em diversas províncias brasileiras, como por exemplo, Maranhão, Piauí, Grão-Pará, Cisplatina e Bahia. Na Bahia a resistência foi particularmente intensa, culminando no dois de julho de 1823, um período crucial para a formação do Brasil como nação independente de Portugal, como afirma Pires: “O que se deu a partir de março de 1822 foi uma série de batalhas marítimas e terrestres onde a população local lutou com as escassas armas que possuíam, contra um exército mais forte e bem-preparado, para se defender da dominação opressora estrangeira”. (PIRES, 2020, p. 5).

É importante ressaltar o engajamento da população baiana contra o domínio de Portugal. Mesmo com poucos recursos e armas, o exército brasileiro resistiu com o amparo da população. Durante todo o conflito que se estendeu por toda a cidade:

[...] e no seu entorno: Pirajá, Ilha de Itaparica, Canal do Funil, Cachoeira e Baía de Todos os Santos, foram cenários de batalhas onde homens e mulheres, armados, na maioria das vezes com armas brancas, facas, facões, flechas e outras ultrapassadas, enfrentam o exército português de aproximadamente 2 mil homens bem armados e treinados. (PIRES, 2020, p. 7).

A partir das revoltas ocorridas na Bahia, podemos observar que a independência do Brasil foi um processo muito mais amplo, com resistências e com novos personagens que até então foram silenciados, sob uma perspectiva dominante. A historiografia oficial, como já visto, silenciou muitos conflitos como estes, pois, a partir de uma perspectiva dominante, tais narrativas não serviam como base para o embranquecimento desse processo histórico.

OUTRAS TRAJETÓRIAS

a. MARIA FELIPA DE OLIVEIRA: A HEROÍNA DA INDEPENDÊNCIA

As lutas pela consolidação da independência do Brasil na Bahia foram um importante marco no processo emancipatório do Brasil. Uma figura que tem grande importância nessas lutas travadas no Recôncavo baiano é Maria Felipa de Oliveira. Natural da Ilha de Itaparica, ela era uma pescadora, que trabalhava na indústria baleeira, mulher negra e alforriada. Em algumas biografias, ela é descrita como líder de um grupo chamado “Vedetas”, grupo de resistência às tropas portuguesas. Para Marina Silva e Cláudia Pons Cardoso, em artigo intitulado “Maria Felipa de Oliveira, mulher negra na memória nacional: entrou sem permissão e existe sem autorização”, Maria Felipa é “[...] apresentada como líder do grupo, que através das suas atribuições de trabalho de ganhadeira e marisqueira, desenvolveu importantes estratégias de luta e defesa da ilha”. (SILVA; CARDOSO, 2023, p. 47).

Sua atuação se deu quando navios portugueses sob ordens de Madeira de Melo aguardavam para invadir e ocupar a ilha de Itaparica. Maria Felipa e um grupo de 40 mulheres atraíram a atenção dos vigias desses navios portugueses, os afastando das embarcações. Como forma de ataque, Maria Felipa e essas mulheres munidas de peixeiras atacaram os vigias com galhos Cansanção, uma planta típica do Nordeste. Logo após o ataque, Maria Felipa e esse grupo de mulheres incendiaram os navios na costa de Itaparica.

Além de sua contribuição nas lutas travadas na Bahia pela independência do Brasil, outra questão que chama a atenção ao se falar de Maria Felipa é o grande esforço para o apagamento dessa personagem. Sua presença na luta travada no litoral de Itaparica é uma descoberta ainda recente da história. Seu lugar na memória dos moradores da ilha de Itaparica e nas comemorações do 2 de julho reafirma o protagonismo da população negra e, principalmente, das mulheres nas guerras de independência do Brasil. Trazem uma herança ancestral para a comunidade ao lembrar a história da ilha. E com isso, é feita uma nova abordagem sobre o que de fato aconteceu em Itaparica, restabelecendo essa história que foi silenciada. A partir da “memória coletiva”, do trabalho coletivo, preserva-se um passado. Maurice Halbwachs em “A memória coletiva” indica que, a “repetição, rememoração do passado está ligado às forças políticas e sociais que estão atuando sobre nós”. (SILVA; CARDOSO, 2023, p.49) Portanto, depois que o Brasil se torna independente de Portugal, essa herança colonial

continua a influenciar os modelos sociais brasileiro, criando desigualdades social e racial, excluindo certos grupos da história e da sociedade, como aconteceu com Maria Felipa de Oliveira. Por isso, trabalhos e pesquisas voltadas para alguns personagens que foram importantes para esse processo (mas que de alguma forma foram silenciadas) são essenciais para renovar a história, quebrando com essa política do branqueamento presente nas estruturas sociais do Brasil.

b. PEDRO DA SILVA PEDROSO: O PARDO DO RECIFE

A conjuntura de Pernambuco foi crucial para o processo emancipatório do Brasil, se destacando pelas revoltas de 1817 e 1824. O caráter violento da independência afetou diversas regiões do Brasil, incluindo a região de Pernambuco, onde a luta pela liberdade e autonomia foi marcada por uma série de episódios de grandes resistências. A revolução Pernambucana, em 1817, foi um dos primeiros movimentos a desafiar o domínio português, resultando em um breve período de independência e proclamação de uma república. Além de inspirar outras regiões a questionarem o domínio colonial, é evidenciado nesse movimento a insatisfação da centralidade do poder, e os altos impostos estabelecidos por Portugal.

Pedroso conhecido como “O Pardo do Recife” foi uma figura marcante na conjuntura política do Recife, especialmente durante a Revolução de 1817 e em 1824 na Confederação do Equador. Sobre seu nascimento, algumas informações mostram que ele nasceu no final do século XVIII. É importante também frisar que Pedroso era muito inteligente e, mesmo sendo semiletrado, conseguiu com muito esforço chegar ao posto de capitão do regimento de Artilharia do Recife (o posto máximo que um mulato poderia idealizar no exército português). No dia 3 de fevereiro de 1816, “[...] tornou-se, capitão do regimento do Recife a 3 de fevereiro de 1816” (SILVA, 2003, p. 515). O dia 6 de Março de 1817 é um momento importante para Pedroso, já que serviu de “parteiro” da revolução, sendo considerado, segundo Silva (2003, p.515), “o principal herói militar da revolução de 6 de março”, atuando em todos os momentos da insurreição do conflito. Foi responsável por treinar a tropa composta de cativos recém-libertos. Assim como muitos negros patriotas, e “[...] caindo o Recife sob controle das tropas realistas, Pedroso fora preso e imediatamente trancafiado num “estrito segredo onde os raios de sol não penetravam.” Ao mesmo tempo, o prenderam nu, e lhe puseram grilhões aos pés e corrente no pescoço.” (SILVA, 2003, p. 516).

Ao ser preso na Bahia, em decorrência do seu envolvimento na conjuntura de 1817, Pedroso foi condenado ao crime de lesa-majestade e homicídio, acusado em Portugal de matar o coronel Aquino. “No mês de Junho de 1822, outro deputado procedeu na mesma indicação; prevaleceu, então, a tese do crime de lesa-majestade, e não de homicida qualificado, e Pedroso vê-se finalmente solto das enxovias lisboetas.” (SILVA, 2003, p. 516). Ao voltar para Pernambuco, foi procurado por Antônio de Menezes Drummond, com promessas de uma vida melhor. Drummond era agente de Bonifácio que acreditava que o Brasil deveria afirmar sua independência de Portugal, tornando-se um império regido pelo príncipe. O cenário político de Pernambuco andava conturbado, já que Gervásio Ferreira, atual presidente do governo de Pernambuco, tinha uma visão contrária de Bonifácio, acreditando que esse caminho não resolveria a situação do país. Nesse jogo político, Pedroso:

[...] vê-se metido novamente em “negócios de brancos” ao participar diretamente da deposição armada da junta presidida por Gervásio Pires Ferreira, que substituíra o governador Rego Barreto. O motivo de seu gesto foi a proposição de Ferreira para que o caudilho negro comandasse uma companhia do regimento de artilharia, o que ele de pronto se recusou. Em sua mente, tal função era considerada menor e, assim, Pedroso voltou-se contra o constitucionalismo e passou a apoiar os grupos que, em Pernambuco, eram simpáticos ao governo do Rio de Janeiro. (SILVA, 2003, p. 516).



PEDROSO. FONTE:

<https://blogs.diariodepernambuco.com.br/historiape/index.php/2016/09/19/pedro-da-silva-pedroso-o-pardo-do-recife/> ACESSO EM: 05/09/2024

Logo após derrotar o governo de Gervásio, Pedroso é proclamado com o comando das tropas de armas de Pernambuco. Mais tarde vê-se preso novamente em 9 de abril de 1823, por seu envolvimento num levante conhecido como “Pedrosada”. Ressalta-se uma grande admiração das camadas subjugadas e negras pelo Pedroso. Silva (2003) destaca seu caráter manipulador, demonstrando que em determinadas situações, ele assumia identidades raciais diferentes. Quando precisava das pessoas de cor, ele assumia a identidade de “homem de cor”. Em outras situações assumia uma identidade embranquecida. Ao eclodir novamente em Pernambuco a Confederação do Equador em 1824, Pedroso foi solto sob ordens de Dom Pedro I e retornou para Pernambuco:

[...] dessa vez não para lutar pela “pátria”, pela “constituição” ou pela “república”, mas para reprimir a Confederação do Equador. Foi sob este espírito que ele marchou contra o Recife comandando um batalhão, permitindo, assim, a entrada do exército imperial na província rebelada. (SILVA, 2003, p. 519).

Sobre o fim da sua vida não se tem muitas informações. O que se sabe é que Pedroso logo após a Confederação do Equador aposentou-se e foi morar no Rio de Janeiro. Para muitos Pedroso era uma figura audaciosa e radical e para outros era um herói e um representante da camada popular negra de Recife, o que de fato os dois lados não podem anular, é o seu papel decisivo na conjuntura de 1817 e 1824.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esses dois personagens fazem parte daqueles grupos que até os dias de hoje, são subjugados e subalternizados, representados por uma ausência de informações. Mas que depois de uma nova abordagem mais crítica sobre temas como este, trouxe à tona esses personagens que resistiram e lutaram contra as diversas opressões. Uma demonstração que a independência brasileira, foi um processo amplo e conservador, mas também com diversos conflitos e com participação popular. Este recente Brasil emancipado, foi formado sob o modelo escravista, e isso é tão enraizado na nossa sociedade, que essa herança foi passada e reafirmada. E como consequência temos as desigualdades sociais, fazendo com que raça e cor, sejam marcadores das diferenças sociais. Por isso que trabalhos de vários autores que foram mencionados neste artigo, são importantes para essa nova abordagem da história. Esses trabalhos são fundamentais para desconstruir narrativas hegemônicas e dar voz aos grupos historicamente marginalizados. Através de uma análise crítica e inclusiva, é

possível reconhecer a importância da resistência e da luta desses personagens na construção da nossa sociedade. Além disso, essa nova abordagem permite uma compreensão mais ampla da história do Brasil, destacando a contribuição de diversos grupos na formação do país.

Outra iniciativa importante, são as ações afirmativas, políticas públicas voltadas para a construção de uma igualdade. Um exemplo disso, é a Lei 10639/03 sancionada em 2003, que tornou obrigatório o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas públicas de todo o país. Esse ensino de história é um importante marco para a população afro-brasileira, pois, de alguma forma é feita uma transgressão da história, que por muito tempo teve uma narrativa branco-europeia. Portanto, além de um estabelecimento de um ensino antirracista, combatendo o racismo através da educação, temos também uma revisão da historiografia, fazendo uma construção de memória desse grupo subalternizado.

REFERÊNCIAS

ANTÔNIO, E. M. M.. A participação dos elementos populares no processo de independência da América portuguesa: uma discussão. **Ponta de Lança**, v.14, p. 32-53, 2021.

ARAS, LINA M. BRANDÃO DE. Escravos nos movimentos federalistas. Bahia, 1832-1833. **Politéia** (UESB), v. 12, p. 151-172, 2012.

FRANCHINI NETO, H. A guerra de Independência. In: CARVALHO Bruno Leal Pastor de; CHAVES, J. I. (Org.). **Várias faces da Independência do Brasil**. 1. Ed. São Paulo: Contexto, 2022, v. 1. p. 97-122.

GRINBERG, Keila. Escravizados e Libertos. In: CARVALHO, Bruno Leal Pastor de; CHAVES, J. I. (Org.). **Várias faces da Independência do Brasil**. 1. Ed. São Paulo: Contexto, 2022, v. 1. p. 125- 135.

KRAAY, HENDRIK. Sete de Setembro: 200 Anos de Comemorações da Independência. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 74, n. 1, p. 63-69, 2022.

PIMENTA, João Paulo. **A independência do Brasil e a experiência hispano-americana (1808 – 1822)**. 1. Ed. São Paulo: Hucitec, 2015. 492p.

PIRES, Edmeire Oliveira et al. O dois de julho: as lutas pela independência do Brasil na Bahia. **Estudos lat**, v. 5, 2020.

REIS, J. J. Recôncavo rebelde: revoltas escravas nos engenhos baianos. **AFRO-ASIA**, v. 15, p. 100-126, 1996.

REIS, J. J.; SILVA, E. **Negociação e conflito: resistência negra no Brasil escravista**. 1. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. v. 1. 151p.

RIBEIRO, G. S.. O desejo de liberdade e a participação política de homens livres pobres e de cor na Independência do Brasil. **Cadernos do CEDES (UNICAMP)**, Campinas – SP, v.1, n.58, p. 21-45, 2003.

SCHWARCZ, Lília Moritz. Escravidão e Racismo. In: SCHWARCZ, Lília Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. 1ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 27- 40.

SILVA, Luiz Geraldo. Negros patriotas. Raça e identidade social na formação do Estado nação (Pernambuco, 1770-1830). In: István Jancsó. (Org.). **Brasil: formação do Estado e da nação**. 1. Ed. São Paulo: Hucitec, 2003, v. 1, p. 497-520.

SILVA, Marina Maia da; CARDOSO, Claudia Pons. Maria Felipa de Oliveira, mulher negra na memória nacional: entrou sem permissão e existe sem autorização. **Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino**, Caetité, vol.6, n. 12, 2023, p. 46 – 65.